

Dossiê "História e Patrimônio na
América Latina: Diálogos
críticos"



André Andrade

**ENTRE OS “POVOS
DEGENERADOS” E A
“SUPERIORIDADE TÉCNICA”:
AS ATRIBUIÇÕES DO
PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

Entre os “povos degenerados” e a “superioridade técnica”: As atribuições do patrimônio arqueológico

Between “degenerate peoples” and “technical superiority”: The attributions of archaeological heritage

Entre “pueblos degenerados” y “superioridad técnica”: Las atribuciones del patrimonio arqueológico

André Andrade¹

Resumo: Na década de 1930, com a criação SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) são estabelecidos marcos temporais e conceituais acerca da origem da política de preservação e do patrimônio nacional. No recorte proposto pelo primeiro diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, a genuinidade do Brasil estaria na arte barroca e na arquitetura colonial, pois seriam produções de uma civilização com “superioridade técnica”. Esse entendimento, contudo, não era consenso entre os intelectuais que davam relevância ao patrimônio arqueológico. O objetivo desse artigo é, no âmbito dessa disputa silenciosa em torno das hierarquias do patrimônio, relativizar o marco temporal, no qual a preservação do patrimônio cultural começa a partir do final da década de 1930, e conceitual, de que o patrimônio cultural mais importante seria a arte barroca e a arquitetura colonial, delimitados pelo SPHAN e reiterados pela historiografia do patrimônio.

Palavras-chave: Estado-nação. SPHAN, Patrimônio arqueológico.

Abstract: In the 1930s, with the creation of SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) temporal and conceptual milestones were established regarding the origin of the preservation policy and national heritage. In the outline proposed by the first director of SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, the genuineness of Brazil would be in baroque art and colonial architecture, as they would be productions of a civilization with “technical superiority”. This understanding, however, was not a consensus among the intellectuals who gave relevance to the archaeological heritage. The objective of this article is, within the scope of this silent dispute around heritage hierarchies, to relativize the temporal milestones, in which the preservation of cultural heritage begins from the end of the 1930s, and conceptual ones, that the most important cultural heritage would be baroque art and colonial architecture, delimited by SPHAN and reiterated by the heritage historiography.

Keywords: Natio-State. SPHAN. Archaeological heritage.

Resumen: En la década de 1930, con la creación del SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) se establecen hitos temporales y conceptuales sobre el origen de la política de preservación y del patrimonio nacional. En el esquema propuesto por el primer director de SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, la

¹ Universidade Federal do Pará. E-mail: aluis.bade@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0001-3432-0091>.



genuinidade de Brasil estaría en el arte barroco y la arquitectura colonial, ya que serían producciones de una civilización con “superioridad técnica”. Esta comprensión, sin embargo, no fue un consenso entre los intelectuales que dieron relevancia al patrimonio arqueológico. El propósito de este artículo es, en el marco de esta disputa silenciosa sobre las jerarquías patrimoniales, relativizar el marco temporal, en el que se inicia la preservación del patrimonio cultural a fines de la década de 1930, y el marco conceptual, en el que se desarrolla el patrimonio cultural más importante. sería el arte barroco y la arquitectura colonial, delimitados por SPHAN y reiterados por la historiografía patrimonial.

Palabras clave: Estado-nación. SPHAN, Patrimonio Arqueológico.

Introdução

No ano de 2015 era finalizada a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Piles, projeto idealizado no âmbito da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)². Desde o seu início a construção da UHE esteve envolta de tensões sociais com as etnias indígenas Muduruku, Apiaká e Kayabi, pois a sua realização impactava, por meio da inundação, um local sagrado chamado Cachoeira Sete Quedas. O empreendimento também provocou o salvamento arqueológico das urnas funerárias dos antepassados dos três povos indígenas, o que gerou um conflito durante os anos subseqüentes pelo direito à posse das urnas³. Tais urnas ficaram acondicionadas na reserva técnica do Museu de História Natural do município de Alta

² O PAC foi lançado no segundo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e englobava um conjunto de medidas para incentivar o investimento privado e público em áreas sociais consideradas fundamentais: transporte, habitação, saúde, saneamento e eletricidade. Durante os anos de 2007 a 2010 houve a chamada primeira fase do programa e de 2011 até o presente a segunda. É a partir do segundo momento que foram implantadas, em específico na região Norte, um conjunto de UHE's nos estados do Pará, Amapá, Mato Grosso e Amazonas. Disponível em: <http://pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 20 nov. 2019.

³ De acordo com a instrução normativa nº 001 de março de 2015, onde é dito no quarto parágrafo do artigo 18 da Seção II: [...] indicação de Instituição de Guarda e Pesquisa para guarda e conservação do material arqueológico. [...]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 03/05/2015.



Floresta, no estado do Mato Grosso⁴. A disputa em torno do patrimônio cultural indígena, principalmente, o arqueológico, suscita um debate mais recuado historicamente e que envolve, de modo geral, os países que tomaram ou levaram em conta o processo formativo das nações europeia:

Uma identidade nacional era tomada como pressuposto para que o Brasil se afirmasse plenamente como nação no quadro internacional. Tratava-se, porém, de ser afirmar como uma nação civilizada, de acordo com os padrões europeus. [...] O índio, que surgia nos romances do século XIX como símbolo da nacionalidade e como portador da *brasilidade*, apesar da diferença do traje, era, no fundo, um herói europeu [...]. (GUIMARÃES, 2011, p. 50).

Desse modo, a construção da nacionalidade brasileira, assentada a partir de uma modulação europeia de civilização, será responsável, como veremos, pela exclusão dos povos indígenas do processo de formação do conceito de patrimônio arqueológico, que hora foi visto como uma produção de “povos degenerados”, outrora como um “legado inferior”, quando comparado à suposta “superioridade técnica” portuguesa. Não obstante, também analisaremos os embates conceituais dos defensores da preservação da cultura material indígena, ainda que, por vezes, nessa defesa, o etnocentrismo carregado pelo conceito de civilização estivesse presente.

A partir do século XVIII a formação de Estados nacionais foi expandida pelo mundo por meio de grupos sociais conscientes que irão adaptar a sua realidade aos ideais de uma comunidade nacional (ANDERSON, 2009, p. 30). No Brasil, após o processo de independência, iniciaram-se projetos e disputas sociais em torno de objetos que

⁴

Conforme

noticiado

<https://amazoniareal.com.br/povo-munduruku-resgata-12-urnas-funerarias-de-museu-no-mato-grosso/>. Acessado em: 03/05/2023.

representariam a história e a memória e o povo. Não obstante, foi no Segundo Reinado, sob a égide de D. Pedro II que se destaca a criação de instituições voltadas para o estudo da formação histórico-social do Brasil enquanto nação, tendo destaque o Colégio Pedro II, em 1837 e o IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), em 1838:

[...] O instituto congregava o melhor da inteligência nacional [...] Foi responsável pela maior parte dos estudos históricos, geográficos e antropológicos realizados durante o Segundo Reinado [...] Uma de suas primeiras iniciativas, reveladora de propósitos, foi abrir um concurso sobre o tema de “Como se deve escrever a história do Brasil”. O concurso foi ganho pelo botânico Karl Friedreich Von Martius (1794-1868) [...]”. (CARVALHO, 2012, p. 29).

Não somente a obra *História geral do Brasil*, de Von Martius, mas também os estudos dos intelectuais do próprio IHGB, Raimundo José da Cunha Matos, Januário da Cunha Barbosa, José Joaquim de Oliveira, Francisco Adolfo Varnhagen, entre outros, são vistos como: “[...] construção ideológica abrangente com a idealização do Império brasileiro como fórmula política da integração nacional [...]” (JANOTTI, 2014, p. 123). Conquanto as diligências do período Imperial, o advento dos republicanos, em 1889, foi assinalado pela tentativa de atribuir ao passado imperial a noção de atraso, sendo seu oposto, o regime republicano, o qual intencionava tornar o Brasil uma nação moderna por meio dos seus intelectuais mosqueteiros (SEVCENKO, 2003, p. 96).

Em um segundo momento republicano, Borges (2014, p. 160) comenta que no Brasil foram diversas as rearticulações políticas institucionais, de forma que a maioria delas alijou a participação da ampla sociedade. Entretanto, na década de 1930, temas sociais como a reforma agrária, a industrialização e a busca pela identidade nacional estiveram no centro dos debates sob a batuta de uma ruptura



revolucionária, o qual denominava o período republicano anterior de “velho”. Não obstante, o decênio de 1930, foi circunscrito não somente por mudanças, mas também de continuidades de práticas dos primeiros governos republicanos, como a chamada de estudiosos para teorizar acerca dos valores nacionais que orientaram as políticas públicas integracionistas, pois versavam sobre a formação da sociedade brasileira, sua história e seu território, na tentativa de construção da nação.

Nos quinze anos decorrentes entre 1930 e 1945, existiram múltiplas possibilidades em torno de projetos nacionais, ante esse contexto polissêmico, composto por uma miríade de sujeitos históricos dispostos a tirar o Brasil do “atraso”, “modernizá-lo” e “civilizá-lo” (DINIZ, 1999, p. 22) e novamente os povos indígenas eram postos à margem, sobretudo, pelo interesse do Estado nas suas terras e na integração compulsória (GARFIELD, 2011, p.35). O projeto político que ascendeu ao controle do Estado a partir de 1930 tinha um norte fundamental para o país: o protagonismo e a centralidade de ações institucionais coordenadas pelo Estado e seus agentes. Simultaneamente o Estado instrumentalizava categorias como nação e sociedade, para serem vistos como um todo orgânico. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 183).

Nessa conjuntura foram concebidas diferentes instituições que deveriam proporcionar e difundir conhecimento sobre o povo, o território e, principalmente, sua cultura. Entre esses órgãos estava o MES (Ministério da Educação e Saúde). Criado ainda em 1930, foi chefiado por Francisco Campos até 1934 e, posteriormente, foi substituído por Gustavo Capanema, que ficou como ministro até o final do período Vargas, em 1945. O MES possuía uma incumbência precípua para o governo: “[...] O objetivo era criar uma cultura nacional



homogênea, que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação. [...]” (FONSECA, 2009 p. 86). Nesse sentido, Gustavo Capanema manteve o reformismo e criou agências como o Instituto Nacional do Livro, Serviço Nacional de Teatro, Instituto Nacional de Cinema Educativo, Serviço de Radiodifusão Educativa e o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)⁵.

A consagração da arte barroca e da arquitetura colonial, marcos civilizatórios do Estado nação

Para compreender a política de preservação do patrimônio cultural brasileiro e sua relação com o lugar atribuído à cultura material indígena como representação da comunidade nacional, vamos propor o recorte de duas temporalidades: uma mais longa, que começa no século XIX simultaneamente com o Império, os Museus e o IHGB, e outra mais curta, que tem início na década de 1920, em conformidade com a narrativa de origem concebida pelo primeiro diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Sua rede de colaboradores é consolidada por obras historiográficas das décadas de 1980, 1990 e 2000 que analisam a formação histórico-social da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A obra “Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos”, publicada originalmente no ano de 1952 e relançada em 2012, estava inserida em um contexto de trocas intelectuais entre os países das Américas, uma vez que foi uma demanda da Comissão de História, criada na IV Assembleia do Instituto Pan-Americano e realizada em

⁵ Em 1946 o órgão chegou a mudar sua nomenclatura para DPHAN, Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico e Artístico Nacional e mudaria outra vez para Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Artístico Nacional nos anos de 1970 e 1974, retomando como IPHAN somente em 1994.



Caracas no ano de 1946, a qual organizou variadas publicações junto aos países membros, entre elas a série “Monumentos Históricos e Arqueológicos da América”, a qual deveria “[...] tentar suprir as lacunas de conhecimento, entre várias outras áreas, do campo do patrimônio histórico e arqueológico dos países aliados.” (GUEDES, 2012, p. 22).

Na obra “Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos”, Rodrigo Melo defende que a primeira manifestação de proteção de um monumento no território nacional data de 1742, quando D. André de Melo e Castro, o Conde de Galveias e Vice-Rei entre os anos de 1735 e 1749, escreveu uma carta ao Governador de Pernambuco, Henrique Luiz Pereira de Andrade, na qual via como lastimável a destruição do Palácio das Duas Torres, edificação erigida à época de Maurício de Nassau. Para Rodrigo Melo, o Conde de Galveias demonstrava o “[...] respeito aos monumentos da história nacional” (ANDRADE, 2012, p. 67), ainda que o Vice-Rei não fizesse nenhuma alusão à ideia de uma nação brasileira.

Em seguida, Rodrigo realiza um salto temporal e afirma que a segunda iniciativa de atuação do poder público na causa do patrimônio ocorreu em dezembro de 1885 e envolveu a solicitação do Ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, aos Presidentes de Província para que reunissem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional e encerrassem sua análise do período Imperial e a encetadura da República como irrelevantes na proteção do patrimônio histórico nacional, pois além de intervenções esporádicas, o Estado não deu ouvidos aos poucos intelectuais sensíveis à missão da preservação (ANDRADE, 2012, p. 68). De acordo com Rodrigo Melo, os delineamentos mais importantes em prol da organização de um sistema de proteção dos monumentos históricos nacionais têm gênese na década de 1920, com o pedido do presidente da Sociedade



Brasileira de Belas Artes, Bruno Lopo, ao arqueólogo Alberto Childe. Esse pedido consistia em redigir um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico nacional, que não logrou porque priorizava os monumentos arqueológicos em detrimento dos monumentos históricos. As sugestões de indenização dos proprietários de imóveis situados nas proximidades dos monumentos seria financeiramente impossível para a administração pública e, por fim, os Poderes Executivo e Legislativo não demonstraram interesse (ANDRADE, 2012, p. 70).

Não obstante, os projetos mais importantes da década de 1920, apontados pelo diretor do SPHAN, foram os de Luiz Cedro e Augusto Lima. O destaque para Luiz Cedro foi conferido por suas acepções de ampliar os tipos dos bens patrimoniais, ao ter acrescentado as igrejas católicas de Minas Gerais e as obras de Aleijadinho. O problema da proposta de Luiz Cedro, apresentada a Câmara dos Deputados em 1923 residia, contudo, na timidez em não detalhar como se daria a defesa da integridade dos monumentos e porque condicionava a classificação dos bens como monumentos à anuência do proprietário (ANDRADE, 2012, p. 74). Já Augusto Lima foi posto em realce em razão da submeter, em 1924, também na Câmara dos Deputados, uma moção que proibia a saída de obras de artes tradicionais brasileiras para o estrangeiro. As duas proposições não vingariam por causa das disposições da Constituição Federal, que ainda era de 1891, e do Código Civil de 1916, associadas ao direito de propriedade. Rodrigo Melo também analisou as experiências dos Estados da Bahia, Pernambuco e, sobretudo, Minas Gerais, na composição de sistemas estaduais de defesa do patrimônio nacional. É na terra mineira, entretanto, que residiria a pedra angular da política pública nacional de preservação do patrimônio nacional (ANDRADE, 2012 p. 84-85).



Essa prevalência da matriz mineira não ocorre por obra do acaso, pois os funcionários com cargos importantes da pasta da educação e saúde na década de 1930, incluso o próprio ministro Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade e o núcleo central do SPHAN compartilhavam juntos os ideais de construção da nação a partir dessa “mineiridade”:

[...] a civilização material que surge em Minas no século XVIII, em função da descoberta de metais preciosos, é analisada a partir do processo de ocupação da região e do papel que os diferentes grupos étnicos exerceram nesse processo. Rodrigo identifica uma “escola mineira” nas obras de feição erudita ou popular que ali foram produzidas. Sendo praticamente nula nessas produções a marca dos poucos indígenas carijós que permaneceram no local como cativos, e pouco numerosos os paulistas que por ali passaram, Rodrigo considera que essa civilização era de “autoria”, em primeiro lugar, dos portugueses, vindos do Minho e do Douro, que ali se radicaram e, em segundo, dos escravos angolas e banguelas por eles trazidos para a região. [...]. (FONSECA, 2009, p. 108).

Os últimos toques para a implementação do SPHAN começaram com a Constituição de 1934, quando surgiu um texto legal de abrangência nacional que circunscrevia o direito à propriedade à sua função social (RABELLO, 2009, p. 26). Em 1936 foram dados os primeiros passos para a efetiva fundação do SPHAN. Gustavo Capanema acionou Mário de Andrade para elaborar o anteprojeto do Serviço. Ainda no mês de março de 1936, o intelectual paulista entregaria sua versão do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), a ausência do termo histórico ocorreria por conta da compreensão que a arte englobaria a engenhosidade humana em utilizar a ciência para criar coisas e fatos (RUBINO, 2002, p. 145) e, substancialmente, estava em concordância com sua noção unidade cultural (CHUVA, 2009, p. 159).



O anteprojeto submetido por Mário de Andrade foi significativamente editado pelo próprio Ministro, Gustavo Capanema e por algumas ementas sugeridas pelas Comissão de Educação e Cultura e Saúde Pública e Comissão de Finanças do Senado, porém, a conclusão dos trâmites burocráticos foi encerrada somente após a instauração do Estado Novo. No dia 30 de novembro de 1937 foi promulgado o Decreto-lei nº 25/37, o qual organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional mediante o tombamento. À vista disso, a adição do histórico deixaria a arte mais próxima de uma percepção enquanto produção social enraizada no tempo, isso era fundamental para a ideia de tradição: “[...] trata-se de sua obsessiva preocupação em construir uma consciência histórica sobre a cultura brasileira, o que resultou na problematização do tempo e na invenção da relação passado-futuro.” (SANTOS, 2018, p. 27).

Na década de 1980 a narrativa de origem do SPHAN e da preservação do patrimônio cultural brasileiro é atualizada pela FNpM (Fundação Nacional Pró-Memória) criada com o objetivo de renovar a prática institucional do SPHAN, então criticado pela seletividade e coleta de bens pouco representativos da diversidade social. A Fundação incorporava à visão de Aloísio Magalhães e publicava o livro “Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil”, no qual repete literalmente a mesma diegese de Rodrigo Melo Franco de Andrade acerca da origem da preservação do patrimônio no Brasil nomeando o período 1937 até 1967 como fase heróica (FNpM, 1980, p. 19).

A pouca criticidade em relação aos recortes e linha temporal propostos por Rodrigo Melo Franco de Andrade é mantida na tese “O tecido do tempo”, de Mariza Veloso Motta, defendida em 1993 e com uma reedição publicada em 2018. Em sua análise, Motta também



classifica como menor os empreendimentos do Império e da Primeira República (SANTOS, 2018, p. 13). O diferencial da pesquisa desenvolvida por Motta foi propor uma arqueologia da modernidade no Brasil para explicar os critérios e as motivações ideológicas dos intelectuais que estiveram à frente do SPHAN nos seus primeiros decênios. Nesses termos, a fonte primordial residia na Semana Moderna de 1922 (SANTOS, 2018, p. 11). Ao dar profundidade no legado de 1922, Mariza Veloso punha em evidência a vontade da Academia SPHAN de tornar o Brasil um país moderno e civilizado pela via patrimonial, isso significava tanto buscar uma tradição ou singularidade intrínseca da cultura e identidade brasileira que colocaria país no concerto universal das nações, quanto conduzir o povo reconhecer a alma nacional, pois conquanto detentor dela, era incapaz de compreendê-la (SANTOS, 2018, p. 90). A localização dessa autenticidade do país seria encontrada na arte colonial e arquitetura barroca, com maior visibilidade para os exemplares das igrejas mineiras e as estátuas de pedra e sabão de Aleijadinho, tais bens representavam nossa tradição enquanto sociedade civilizada (SANTOS, 2018, p. 27).

O trabalho de Mariza Veloso reiterou algumas premissas lançadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, quais sejam: (a) o início político e institucional a partir da fase republicana varguista, ainda que na década de 1920 estivesse a origem intelectual, (b) a primazia do SPHAN e sua academia como instituição e sujeitos sociais primordiais no estabelecimento da política pública de preservação do patrimônio cultural brasileiro (c) a importância do patrimônio mineiro como raiz para a nacionalidade, a partir do barroco e do colonial, a qual residiria a autenticidade e originalidade da modernidade buscada pela Academia SPHAN.



“O patrimônio em processo”, tese apresentada por Maria Cecília Londres Fonseca, em 1997, é outra obra que virou referência em estabelecer uma trajetória da política federal de preservação no Brasil. Fonseca argumenta que o engenho do SPHAN e seus funcionários foi encontrar no passado brasileiro a singularidade de produções materiais que representariam a identidade e nacionalidade de formas únicas, sem paralelo na história e arte do Brasil. Nesse ponto, a socióloga usa os mesmos marcos históricos da FNpM e Mariza Veloso: o movimento modernista de 1922 como matriz intelectual e o patrimônio mineiro como referência para o patrimônio nacional. Ao falar da acepção de civilização que justificou o tombamento das obras barrocas e das construções coloniais portuguesas, Fonseca acrescenta que essa perspectiva foi elaborada por Afonso Arinos de Melo Franco:

[...] O conceito de civilização material, tal como o elaborou Afonso Arinos de Melo Franco em uma série de conferências preparada para os funcionários do Sphan em 1941, possibilitava uma leitura dos bens e conjuntos tombados a partir de sua relação com o processo histórico de ocupação das diferentes regiões brasileiras. Desse ponto de vista – da civilização material que se desenvolveu no Brasil – Afonso Arinos considerava que a presença portuguesa predominava sobre as influências negra e indígena, que praticamente não haviam deixado vestígios materiais significativos. (FOSNECA, 2009, p. 107).

Faz-se necessário explicar que a formação das ideias de Afonso Arinos de Melo Franco antecede a realização das conferências para os funcionários do SPHAN, em 1941. Em 1936, Afonso Arinos publicou o livro “Conceito de Civilização Brasileira”, no qual enunciava as noções que, mais tarde, norteariam as ações do SPHAN. Dessa maneira, o mundo seria constituído por sociedades de culturas primitivas e superiores, de modo que nas primitivas: “[...] a capacidade aquisitiva de



experiência é limitada, e a interpretação desta é, conseqüentemente, rustica e pobre.” (FRANCO, 1936, p. 27). Por sua vez as sociedades de cultura superior: “[...] são aquelas que puderam transmitir documentalmente a posteridade, nitidamente e sem equívocos, a sua concepção de vida e a sua interpretação de mundo [...]” (FRANCO, 1936, p. 28). Afonso assume que boa parte da sua visão acerca da civilização brasileira foi norteadada pelo entendimento de cultura e civilização de Oswald Splenger⁶, o qual somente discorda da sua conclusão decadentista das civilizações, uma vez que, para Afonso, as culturas não evoluem para apresentar sintomas de morte: “[...] A cada cultura corresponde a sua civilização, porque a segunda é a que projeta a consciência espiritual da vida social, elaborada pela primeira [...]” (FRANCO, 1936, p. 37), assim, a civilização seria a realização da cultura pelo domínio técnico, material e instrumental do mundo, e, no caso brasileiro, predominou o domínio técnico português:

A civilização brasileira, nos traços característicos e diferenciados que já, hoje, nela podemos distinguir, é o resultado do encontro dessas três forças, no qual, ao mesmo tempo uma (a civilização lusa), submetia e esmagava as outras duas (as culturas afro-índias), deixava-se influir por elas, assimilando muitos dos seus elementos, que passaram a figurar como sobrevivências modificadoras. [...] de um modo geral, pode-se admitir que a civilização branca tenha, imediatamente, esmagado e incorporado ao seu ritmo as tímidas afirmações das civilizações negra e índia. Aliás, isso não seria de se admirar. A superioridade técnica dos brancos era incalculável. (FRANCO, 1936, p. 114-115).

⁶ Oswald Splenger foi um historiador e sociólogo alemão que viveu a Primeira Guerra Mundial, assim como seu período subsequente, a experiência dessa época conflituosa foi determinante para suas concepções sobre a sociedade ocidental e o pensamento decadentista foi usado para a legitimação de inúmeras ideologias reacionárias, elitistas e racistas, ainda presentes na década de trinta do século XX (DA SILVA, 2011, p. 139).



É esse “domínio” técnico e material português que justificaria nos primeiros decênios do SPHAN a prevalência do tombamento da arquitetura colonial e das obras barrocas, pois elas seriam o mais importante legado luso para a civilização brasileira. Em “Os arquitetos da memória”, a historiadora Marcia Chuva perscruta a sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil no período de 1930 a 1940. Dessa forma, faz uma conexão entre patrimônio e nação na história ocidental na virada do século XIX e XX. Como Fonseca e Motta, aponta também o movimento modernista de 1920 como local de nascimento dos princípios que norteariam o SPHAN, não obstante, destaca a primazia dos arquitetos a frente da constituição do patrimônio, além de também dar importância das ideias de Afonso Arinos Melo Franco (CHUVA, 2009, p. 224). Ponto central na tese de Márcia Chuva é retomar a análise dos projetos de lei de intelectuais da década de 1920, referenciados por Rodrigo Melo Franco em “Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos”, concordam Alberto Childe, Luiz Cedro e Augusto Lima Júnior. As semelhanças com o olhar de Rodrigo a respeito da história da preservação do patrimônio cultural permanecem nas considerações de Márcia Chuva sobre o período Imperial, o qual apesar de ser uma época em que surge a tentativa de estabelecer uma historiografia/biografia nacional “[...] somente com o projeto de nacionalização implementado a partir da década de 1930 se aglutinaram medidas no sentido de construção maciça de uma “memória nacional” (CHUVA, 2009, p. 213).

De um modo geral, as obras historiográficas caminham na mesma direção dos apontamentos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, portanto, delimitam o nascimento da política pública de preservação do patrimônio cultural brasileiro nas décadas de 1920, 1930, a uma instituição reguladora, o SPHAN, e enfatizam as igrejas



coloniais e a arquitetura barroca – a partir do padrão mineiro – como os bens representativos da autenticidade brasileira, de modo que o patrimônio arqueológico, apesar de presente, é posto em um lugar menor, pois não faria parte de um legado civilizado. Nesse recorte temporal, que no início do tópico consideramos como o mais curto para compreender a política pública de preservação do patrimônio cultural brasileiro, também existe uma espécie de diminuição ou relativização das práticas preservacionistas em períodos anteriores, precipuamente do Império, as quais são examinadas como não efetivas para a preservação em escala nacional, pois seriam restritas aos estados, uma vez que inexistia uma legislação que abarcasse uma orientação técnica em todo território. Por fim, a manutenção do direito de propriedade também impossibilitava ações de cunho preservacionista que fossem significativas ou efetivas.

Os critérios dessas análises historiográficas ao destacarem as discontinuidades e rupturas advindas no início do século XX, não dão conta de explicar, como, apesar da prevalência da cultura material lusitana, o primeiro rol de bens tombados no Pará foi a coleção arqueológica e etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi, conforme apontava a notificação despachada por Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Interventor Federal do Pará, Doutor José da Gama Malcher, no processo de tombamento:

[...] tenho a honra de levar ao seu conhecimento para fins estabelecidos no artº 5 do Decreto- lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinado o tombamento no Livro do Tombo a que se refere o artº, nº 1, do citado Decreto- lei, da Coleção de arqueologia e etnografia do Museu Paraense Emílio Goeldi, pertencente ao patrimônio do Estado, do qual Vossa Excelência é o alto representante legal. Rogando Vossa Excelência se digne acusar o recebimento da



presente notificação, apresento-lhe os protestos do meu grande apreço (ANDRADE, 1940, p. 3).⁷

A explicação para esse acontecimento será encontrada ao alargamos o recorte temporal das práticas públicas de preservação, porque nas folhas do processo de tombamento da coleção não constam informações sobre motivação do tombamento. Dessa forma, precisamos estender o recorte temporal em relação às políticas públicas de preservação do patrimônio cultural e observar o papel de outras instituições criadas ainda no século XIX que não somente fizeram a escolha dos objetos representativos da nação, mas também elaboraram discursos sobre o Brasil e sua formação histórico social, inclusive, veremos algumas semelhanças e diferenças discursivas de Rodrigo Melo Franco e os estudiosos do IHGB e torno dos bens arqueológicos.

Entre os “povos degenerados” e a “superioridade técnica”: as atribuições do patrimônio arqueológico

Para compreender as possíveis motivações do tombamento da coleção arqueológica e etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi, vamos analisar o lugar menos estimado atribuído ao patrimônio arqueológico pelo SPHAN. Foi dito anteriormente que, de acordo com o conceito de civilização material elaborado por Afonso Arinos de Melo Franco, a superioridade técnica portuguesa teria deixado um rol de bens materiais mais duradouros e, dessa maneira, desempenhado um papel mais fundamental para a formação do patrimônio brasileiro, porém, não somente Afonso Arinos teceu considerações que

⁷ Processo nº 135-T-38. Seção História. Coleção Arqueológica e Etnográfica do Museu Emílio Goeldi. Arquivo Central do IPHAN.



ênfatisam o porquê da preservação das edificações coloniais e obras de arte do barroco, Rodrigo Melo Franco de Andrade em “Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos”, afirma que o acervo arqueológico no início da colonização era marcado pela “pobreza” e o aspecto “rudimentar” dos vestígios materiais das populações indígenas:

O pensamento de proteger o acervo arqueológico do Brasil se teria manifestado talvez bem cedo entre nós, se os colonizadores portugueses encontrassem neste país, como sucedeu aos castelhanos em outras regiões da América, restos monumentais de uma civilização materialmente mais evoluída. [...] Mas a pobreza e a feição rudimentar da civilização autóctone, nesta parte do continente americano, não suscitaram nem tinham elementos para sugerir, na época, disposições no sentido de serem tomadas quaisquer providências com o objetivo de resguardar os vestígios da vida social das populações indígenas que tinham antecedido em nosso território e conquistado europeus. [...] (ANDRADE, 2012, p. 63).

A desvalorização conferida à cultura material dos povos originários tem aproximações e discrepâncias com o pensamento desenvolvido por intelectuais do IHGB durante o período Imperial, especialmente, em Von Martius e Varnhagen. Ambos acreditavam em um processo civilizatório orientado pelo branco e na degeneração indígena ao longo do tempo, o que explicava a suposta incapacidade das populações originárias da sua época de produzir monumentos, como, teoricamente, os povos indígenas do passado teriam feito. Para alemão vencedor do concurso do IHGB, os indígenas do seu tempo eram descendentes com qualidades inferiores dos seus antepassados (NOELI; FERREIRA, 2007, p. 1242). Por outro lado, na sua obra “Como se deve escrever a história do Brasil”, defendia a formação social brasileira a partir da mescla das três raças (a branco, a negro e a índia), na qual o



legado europeu teria o papel preponderante, pois era mais próximo da condição civilizadora, um ponto em comum com o discurso de Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco e a defendida superioridade técnica lusitana. A presumida superioridade europeia era explicada pelos fundamentos do conhecimento arqueológico desde o século XVIII, quando o paradigma da ilustração introduziu gradualmente a crença e fé nos progressos econômicos e culturais dos seres humanos, especialmente dos europeus (TRIGGER, 2004, p. 108). No século XIX, contudo, a guinada das ideias darwinianas alcançou o pensamento arqueológico, o qual passaria a justificar a diferença entre as culturas materiais e desigualdades sociais a partir das diferenças biológicas, essas consideradas imutáveis, tal entendimento foi explorado por Sir. John Lubbock (TRIGGER, 2004, p. 113).

Varnhagen também ia ao encontro dessas compreensões, pois via os tupis como remanescentes de antigas migrações transatlânticas. Logo, descendentes degenerados de raças mediterrâneas civilizadas, por outro lado, arguia em favor de pensar possibilidades de integração dos povos indígenas na sociedade nacional (NOELI; FERREIRA, 2007, p. 1247). Deste modo, foi estratégico exaltar o passado e os ancestrais indígenas e também atribuir a noção de fóssil vivo aos povos indígenas do presente. Assim, em um só tempo, era garantido um passado nobre para a monarquia brasileira por meio de uma arqueologia nobiliárquica e justificado o controle do uso socioeconômico dos povos e das terras indígenas (FERREIRA, 1999, p. 28). No século XX uma grande mudança no enfoque arqueológico traria um olhar valorativo para a cultura material indígena: o enfoque histórico-cultural combinado com projetos nacionais. A arqueologia mexicana, por exemplo, ao promover a integração nacional, fazia usos políticos dos vestígios arqueológicos com participação ativa dos povos



indígenas (TRIGGER, 2004, p. 175). No Brasil do século XX, não obstante, como podemos constatar, o SPHAN, voltou seu olhar valorativo para as origens lusitanas⁸. Nesses termos, distanciava dos intelectuais do IHGB que, apesar de atribuir aos povos indígenas do presente o valor de “degenerados”, observava os vestígios dos povos autóctones do passado como supostamente de grandes civilizações e promoviam o colecionismo em Museus e sua consequente preservação (LOPES, 1997, p. 158).

Ao analisar estatisticamente os tombamentos efetuados nas décadas iniciais do SPHAN, a historiadora Marcia Chuva apresenta o percentual dos bens arquitetônicos em relação aos não arquitetônicos e considera o segundo grupo “inexpressivo”:

A concentração de tombamentos de bens arquitetônicos foi um dado flagrante e já bastante conhecido, perfazendo um total, no período, de 93,76%. O patrimônio histórico e artístico nacional constitui-se, portanto, pela arquitetura, sendo os 6,4% restantes inexpressivos. [...]. (CHUVA, 2009, p. 206-207).

Ao fazer parte dos 6,4%, o tombamento da coleção arqueológica e etnográfica do MPEG poderia não ser relevante para a compreensão da construção histórica da nacionalidade brasileira? Seu valor não seria excepcional, haja vista a discrepância numérica em relação ao tombamento dos bens arquitetônicos? Ou a ausência de expressividade seria por conta da falta de “características civilizadoras”?

Perspectivas em disputa na Revista do Patrimônio

⁸ De um modo geral a arqueologia brasileira ficará distante das questões sociais relativas às populações indígenas, isso só irá mudar mais significativamente a partir dos anos 1970 (LIMA; BARRETO, 2020)



Precisamos considerar que as análises historiográficas em torno da preservação do patrimônio cultural, da ação do SPHAN e seus intelectuais, buscaram construir uma visão hegemônica que tentou obliterar não somente o papel de instituições anteriores ao Serviço, mas também a diversidade e complexidade das relações sociais na seleção e proteção dos bens culturais no Conselho Consultivo do SPHAN:

[...] seja em análises voltadas exclusivamente para esse primeiro período de atuação do IPHAN, ou naquelas cujo recorte é mais amplo, o que se tem são narrativas que partilham um consenso em torno do predomínio absoluto dessas visões hegemônicas de “patrimônio” [...]. Atestariam essas conclusões, o confronto com o conjunto dos monumentos tombados, tomados em suas características mais gerais. Assim, reduz-se significativamente a diversidade e dinâmica social das práticas de proteção dos bens culturais, embora essas narrativas tenham a vantagem de produzir um sentido mais claro e útil para as ações culturais contemporâneas. (LOWANDE, 2013, p. 57).

Criado pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, o Conselho Consultivo do SPHAN era formado pelo seu diretor, pelos diretores dos museus nacionais e por dez membros nomeados pelo Presidente da República, com cargos vitalício e não remunerado. A principal função do Conselho Consultivo – até hoje – era elaborar os pareceres que justificariam, ou não, a patrimonialização de bem. Entre seus membros havia historiadores, arqueólogos, antropólogos, advogados, escritores, artistas, arquitetos, designers, entre outros⁹. É indispensável

⁹ Jamile Neto (2021, p. 3) assinala um aspecto crucial: muitos membros do Conselho Consultivo do SPHAN, faziam parte do IHGB, o que denota não somente uma troca de prestígio e credibilidade entre estas instituições, mas espaços para perpetuar visões e representações de mundo hegemônicas, o que reforça nosso ponto que, mesmo buscando distanciar-se discursivamente do período Imperial, o SPHAN manteve proximidades com visões e narrativas elaboradas ainda no século XIX sobre a



informar que o Conselho não agia sozinho na produção de estudos que legitimariam o tombamento de um bem, em virtude dos servidores do Serviço também possuírem a tarefa de preparar laudos técnicos relativos às condições e histórico dos bens que passariam pelo julgamento do Conselho. Para Fonseca (2009, p. 116), ainda que houvesse discordâncias, prevaleceu uma sintonia entre corpo técnico do SPHAN e o Conselho Consultivo. Entretanto, Jamile Neto (2021), expõe que as discordâncias apontam para conflitos e divergências que necessitam de melhor exame, porque indicam conflitos internos na consolidação de uma visão hegemônica de patrimônio, sobretudo quando os intelectuais detinham autonomia para ir ou não ao encontro das proposições do SPHAN. Nesses termos, a fala de Luiz Castro Faria é um bom indício acerca da dificuldade de reconhecer bens como patrimoniais que não fossem coloniais:

A definição de *patrimônio etnográfico* sempre foi um outro problema. Enquanto eu era membro do Conselho Consultivo do Patrimônio, vivi reiteradamente a dificuldade prática de propor a preservação de qualquer coisa que não se referisse a barroco e a colonial, com suas igrejas e santos tidos como sinônimo do verdadeiro patrimônio. (FARIA, 1995, p. 38).

Dessa forma, considerando os patrimônios categorizados nos quatro Livros do Tombo criados, é o Livro do Tombo de Belas Artes que concentrou o maior quantitativo de tombamentos¹⁰. Mas existe uma razão para a existência da distância percentual dos tipos de bens categorizados, uma delas são os membros do Conselho Consultivo

nacionalidade brasileira, muitas vezes, com os mesmos objetivos e justificativas: aproximar o Brasil das nações europeias.

¹⁰ Os dados são: [...] A concentração de tombamentos de bens arquitetônicos foi um dado flagrante e já bastante conhecido, perfazendo um total, no período, de 93,76%. O patrimônio histórico e artístico nacional constitui-se, portanto, pela arquitetura, sendo os 6,4% restantes inexpressivos. (CHUVA, 2009, p. 206).



com perspectivas diferentes da visão hegemônica. Conforme aponta Gramsci, essas disputas intelectuais fazem parte da busca pelo consenso social. Desse modo, os intelectuais, suas aceções e vontade de mudança social podem ser analisadas de acordo com as relações estabelecidas em um todo orgânico, pois a atividade intelectual não é idealista, muito menos desligada das relações estabelecidas com instituições e grupos sociais (GRAMSCI, 1991, p. 6-7).

Nesse sentido, ao observarmos algumas informações da biografia de Luiz Castro Faria, podemos destacar que sua experiência e sua atuação profissional foram dedicadas à arqueologia e à antropologia, tendo o Museu Nacional como uma instituição fundamental para a sua formação. Seu contraste com a visão hegemônica dentro do SPHAN estava ligado ao seu campo profissional. Luiz Castro Faria reconhecia a importância da constituição das coleções de arqueologia e etnologia ao longo do século XIX para a composição do patrimônio nacional (SIMÃO, 2009, p. 424). O antropólogo não foi voz isolada. Heloisa Alberto Torres, que também fez parte do Conselho Consultivo do SPHAN, enfatizava a importância de uma atuação mais específica do SPHAN em torno do patrimônio arqueológico na Revista do SPHAN.

Em Chuva (2009), Fonseca (2009) e Santos (2018), a Revista foi entendida como um produto importante para o SPHAN consolidar sua visão hegemônica sobre a preservação e o patrimônio cultural brasileiro, tal como, objetivou seu diretor. Teixeira *et al.* (2014) demonstram que nas publicações de 1937 até 1967 a preferência se deu por temas ligados ao patrimônio edificado, a arte colonial e religiosa. Em Silva (2010), porém, podemos conhecer percentuais e dados quantitativos para visualizarmos com mais qualidade essa disparidade, desse modo, foram arrolados sete temas sendo História



da Arte (40 artigos) e Arquitetura (38 artigos) os principais, somados representam 52,66% do total de artigos lançados: 150, desse total Etnografia, Arqueologia e Acervos e Coleções juntos perfazem 14 artigos ou 9,32% da totalidade.

A mesma desproporção vale para a frequência dos autores. Dessa maneira, Artur César Ferreira Reis é o principal articulista do Norte, são sete estudos no total, todos versando sobre a presença e cultura material portuguesa na Amazônia. Em “Vestígios artísticos da dominação lusitana na Amazônia”, publicado na Revista nº 5 em 1941, o historiador ao dar sua explicação sobre a conquista lusa do espaço amazônico, reforça a ideia civilizacional do SPHAN, pois aos povos indígenas é atribuída a noção de primitivos. Em contrapartida, aos lusitanos é outorgado o gênio da arte e a inteligência para usar os recursos naturais da terra conquistada até o limite possível, qual seja: as obras de maior beleza e vulto, pois estas só poderiam ser realizadas com matéria prima europeia:

No decorrer dessa longa fase de trabalho, os lusitanos assinalaram, porém, sua presença, em obras de criação artística, que permitem admiração mais ampla dos seus esforços para criar, na América, o Império sólido que foi o Brasil. Obras de criação artística que documentaram a sensibilidade especialíssima que também os acompanhou para as terras ultramar. Nessa empresa, como nas outras, produzindo e criando com o material que a região lhes proporcionou e garantiu. Na Amazônia, essas manifestações podem ser apreciadas principalmente em edifícios públicos, fortificações, igrejas, conventos, traçados urbanos, residenciais de tipo casa-grande, levantadas nos sítios do interior, ou nos sobrados das cidades e vilas. Para os serviços iniciais, seguramente rápidos, o cristão lusitano encontrou matéria prima abundante [...]. Depois, porém, quando sentiu que devia construir obra mais permanente, definitiva mesmo, houve de socorrer-se de matéria prima que solicitou à Europa. [...]. A pedra, meio areenta, nas cercanias de Belém, ou no Rio Negro e Amazonas, não oferecia segurança para a beleza de obra de vulto. (REIS, 1941, p. 171).



Em seguida, Reis apresenta os nomes dos notáveis lusitanos e estrangeiros que produziram o civilizado patrimônio na Amazônia, com destaque para Antônio José Landi. Ao fim do seu texto deixa, contudo, uma sugestão e alerta para a necessidade de reconhecimento e preservação do patrimônio localizado no norte do Brasil (REIS, 1941, p. 177). Nos outros artigos, por número de revista e ano, de Artur César foram “Roteiro Histórico das Fortificações do Amazonas” (nº 6/ 1941), “Das condições defensivas da Capitania do Pará ao findar do século XVIII” (nº 7/ 1943), “Aspectos da Amazônia na sexta década do século XVIII” (nº 8/ 1944), “O palácio velho de Belém” (nº 10/ 1946), “Guia histórico dos municípios do Pará” (nº 11/ 1947) e “O estado das fortificações da Amazônia na quinta década do século XVIII” (nº 13/ 1956). Esses estudos subsequentes irão manter e aprofundar a ideia da obra portuguesa na Amazônia, mas também o abandono do Império e dos primeiros decênios republicanos com o patrimônio lusitano, mormente os fortes das províncias do Pará, Amazonas, Macapá e, em segundo plano, edificações religiosas e prédios da administração pública colonial. A defesa e proximidade com a perspectiva do conceito de civilização material também o orientou ao produzir o “Guia histórico dos municípios do Pará”. Neste trabalho, o único que não foca nas edificações portuguesas é o Artur César, estabelecendo que a ocupação territorial do Pará começa com a empreitada lusa, pois, mais uma vez, a “primitividade” dos indígenas não permitiram a efetiva ocupação espacial:

A caracterização geo-humana do Pará, interessando-nos diretamente para o tema da presente memória, começou com a entrada dos portugueses e dos mamelucos pernambucanos que acompanharam Francisco Caldeira de Castelo Branco, quando o ex-capitão-mor do Rio Grande do Norte veio fixar o domínio lusitano na bacia amazônica e, às



margens do Guajará, erigiu a primeira situação com a casa forte do Presépio, que foi a raiz mais próxima da cidade de Belém. [...] O gentio, pela primitividade de suas culturas, não criaram aparelhagem política que atravessasse o tempo ao choque da cultura política do lusitano conquistador. Suas fórmulas jurídicas eram as formas jurídicas dos grupos que começavam a viver estádios muito rudes ainda. Faltava-lhes o amadurecimento das leis escritas, faltava-lhes o equipamento material que lhes permitisse a resistência mais funda às fórmulas novas que o íbero trazia. (REIS, 1947, p. 234-235).

Ainda que estatisticamente a temática da cultura material portuguesa seja preponderante, não foi exclusiva nas páginas da *Revista*. Outros autores também abordaram, no que tange ao interesse da nossa pesquisa, o tema da cultura material indígena, tanto no que cabe aos objetos arqueológicos, quanto aos etnográficos. Gastão Cruls chegou a lançar dois artigos: “Decoração das malocas indígenas” (1941) e “Arqueologia Amazônica” (1942). No primeiro trabalho explora a rara preocupação indígena em elaborar objetos decorativos, rara porque a decoração seria, primeiramente, um gosto dos povos civilizados, mas também em razão do material e modo de vida dos indígenas que, de acordo com o romancista carioca, não eram adequados para a perenidade da arte decorativa:

[...] o ameríndio bem poucas vezes se lembra de embelezar os seus *interiores* e não será difícil explicar as razões desse seu descaso pelo que tanto agrada os civilizados. Em primeiro lugar, por melhor que seja o acabamento, mas dado o material com que é feita, a habitação indígena nunca será uma construção duradoura. Por outro lado, muitos são os motivos que levam os moradores a abandoná-la com frequência. Motivos de guerra em que, não raro, as choças são queimadas pelo inimigo. Motivos de doença ou morte. Esgotamento das terras próximas, em que fazem as roças. Escassez de caça e da pesca. Mas há mais ainda. No que se refere à decoração dos tetos e paredes, esta não poderá ser feita diretamente sobre a palha ou barro empregados nas construções. [...] esses mesmos painéis dificilmente resistiriam à contínua fumaceira que se desprende dos fogos sempre acesos e que tudo tinge de fuligem. [...] (CRULS, 1941, p. 156).



Já no segundo estudo lançado em 1942, “Arqueologia Amazônica”, trata-se de uma reprodução sintética de um capítulo homônimo presente na sua obra “Hiléia Amazônica” de 1944. Nesse artigo da Revista o autor aponta as cerâmicas marajoaras e tapajônicas como indícios de civilizações no passado do território amazônico:

[...] Daí não espantar que com a imagem do seu semelhante e às vezes da pessoa amada diante dos olhos, das mãos do artista oleiro saíssem primorosas obras de arte. É que moldando-as ou decorando-as, às suas criações ele procurava transmitir um sopro de vida, qualquer coisa dos seus anseios e aspirações. E é por isso que nos povos em grau de cultura mais avançado, como entre nós sucedeu com os marajoaras e tapajônicos, o trabalho do barro não se limitou apenas ao objeto útil, ao artefato indispensável. Foi mais longe. Fez ídolos. Fez deliciosos adornos. Fez de cada peça das mais insignificantes um verdadeiro valor de arte. (CRULS, 1942, p. 182).

Nota-se que Cruls buscou atribuir às cerâmicas o valor de “obras de arte”, isso pode indicar uma crítica a exclusiva atribuição desse valor às edificações portuguesas e arte barroca. Apesar dessa valorização do patrimônio arqueológico enquanto arte, Cruls recorre ao já apresentado argumento da degeneração para explicar a pressuposta rudimentariedade da cultura material dos povos indígenas no presente. Ao ter um espaço na *Revista*, suas considerações serviram para reiterar conceitos balizados ainda no século XIX acerca do patrimônio arqueológico e das populações indígenas, mas, ao mesmo tempo, sutilmente, indicava um afastamento da noção de arte da centralidade mineira do SPHAN.

A cerâmica tapajônica também foi o foco do artigo de Carlos Estevão de Oliveira publicado na Revista do SPHAN número 3 em 1939, intitulado “A cerâmica de Santarém”. Pernambucano radicado no Pará,



foi diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi na década de 1930 e tinha, portanto, afinidade com a preservação do patrimônio arqueológico por sua atuação frente a esta instituição. No artigo “A cerâmica de Santarém” apresentava um arrazoado de argumentos para demonstrar o alto grau de cultura dos primitivos habitantes da Amazônia por meio da sua cerâmica, a qual seria a: “prova insofismável de que os povos que habitaram Santarém, Monte-Alegre, Marajó, Cunaní, Maracá e tantos outros lugares [...] tinham alcançado uma cultura material bastante desenvolvida. [...]” (OLIVEIRA, 1939, p. 7).

Sua atenção, contudo, é voltada para a cerâmica produzida pelos indígenas da nação “Tapajó”, a qual, baseado em pesquisas de Curt Nimuendajú em torno das crônicas do Padre Felipe Betrendorff, apontava para a hipótese de uma população indígena responsável pela criação da cerâmica santarena. O aspecto do texto, porém, que queremos ressaltar são suas cobranças em torno de ações mais efetivas do SPHAN para a realização e, conseqüentemente, financiamento de escavações arqueológicas na cidade de Santarém. Nesse sentido, é relevante lembrar que antes do surgimento do Serviço, os Museus desempenharam um papel angular na formação e preservação de objetos etnográficos e arqueológicos, tanto por meio do custeamento de escavações, quanto na aquisição e formação de coleções (PEREIRA, 2009). Nesse contexto, dificilmente Carlos Estevão estava alheio às questões conceituais e a nova dinâmica entre instituições como o MPEG e o SPHAN, que a partir de 1937 passou obrigatoriamente a regular quaisquer intervenções no patrimônio cultural brasileiro. Logo, em suas falas, mostrava compreensão dos desafios para conseguir o apoio de um órgão que não tinha sua agenda voltada para os bens arqueológicos:



O que fica exposto conforme presumimos é suficiente para demonstrar a importância da cerâmica de Santarém, e, portanto, para colocá-la sob a guarda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nessas condições e de acordo com a nossa maneira de pensar, o que aquela instituição teria a fazer de início era transformar o que resta da antiga aldeia Tapajó, num momento cultural. Infelizmente, porém, esse desideratum já não poderá ser alcançado. O local em que existiu a populosíssima aldeia mencionada por Bettendorff, está hoje coberto pela atual cidade de Santarém. Ali, portanto, o que o Serviço do Patrimônio poderá fazer é realizar escavações nas ruas que não estão ainda calçadas e em quintais de certas casas do lado ocidental da Cidade, onde foi a aldeia, para que seja coletado o mais que for possível de preciosa cerâmica. No entanto, essa coleta, não é tudo que precisa ser feito a seu respeito, porquanto ela está a exigir, não somente pesquisas no sentido de comprovarem-se ou não ligações suas com outras culturas, mas, também, o encontro de um achadouro que possa ser transformado em monumento. No justificável afã de auxiliar o “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” no estudo e conservação da cerâmica de Santarém, apressamo-nos em colocar ao seu inteiro dispor a nossa boa vontade [...]. Realmente, não muito distante de Santarém, à margem direita do Tapajós, demora um lugar denominado Aramanaí, que deve ter sido ocupado por um grupo pertencente aos ceramistas santarenenses [...] Seria, pois, conveniente que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional verificasse o achadouro (Aramanaí) que indicamos pode ser transformado em monumento. Caso não possa, no decurso das pesquisas sobre a cerâmica de Santarém que o mesmo Serviço, acreditamos, tomará a seu cargo, provavelmente aparecerá algum que esteja em condições de satisfazer aquele fim. Além disto, as desejadas investigações poderão esclarecer muitos pontos ainda obscuros a respeito daquela cerâmica e dos seus fabricantes. [...] necessário é saber-se de onde eles vieram e a que povo pertenciam. A solução desses interessantes problemas teria grande importância para a etnologia americana. Bom será, portanto, que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pense neles. (OLIVEIRA, 1939, p. 30-31).

Análise semelhante em relação à atuação do SPHAN fez Heloísa Alberto Torres no seu artigo “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”, publicado na primeira edição da Revista, em 1937. Logo, no início do seu texto, apresenta-se a necessidade da colaboração entre o novo serviço e



instituições que anteriormente protegiam o patrimônio arqueológico e etnográfico:

No plano geral de proteção à documentação arqueológica e etnográfica (quer indígena, quer de populações neo-brasileiras), há uma série de aspectos a considerar sucessivamente. Aspectos muitos vários por sua natureza e, por isso mesmo, interessando, às vezes, serviços públicos já existentes mas enquadrando-se perfeitamente dentro das finalidades visadas pelo SPHAN. (TORRES, 1937, p. 9)

É importante destacar que, tal como Carlos Estevão de Oliveira, Heloisa na época do lançamento do seu escrito, também vinha de uma larga experiência na preservação do patrimônio arqueológico e etnográfico. Aos 23 anos, Heloisa Alberto Torres ingressou no Museu Nacional como auxiliar de Roquette-Pinto, virou funcionária concursada em 1925, em pouco tempo tornou-se chefe interina da Seção de Antropologia e Etnografia, foi efetivada no cargo no ano de 1931 e, posteriormente, ainda, assumiria o cargo de vice-diretora e diretora nos períodos de 1935 a 1937 e 1938 a 1955, respectivamente (CORRÊA, 1997, p. 12). Outrossim, possuiu um papel relevante na vinda de intelectuais estrangeiros, sobretudo norte-americanos, na formação de jovens pesquisadores no campo da etnologia e antropologia, e chegou a fazer viagem de campo para o Marajó, inclusive no artigo citado, foram publicadas fotos dessa experiência profissional, por fim, também pontuamos que a fluminense chegou a desenvolver pesquisas pelo MPEG (SIMÕES, 1992, p. 150). Desse modo, acreditamos que a intelectual fluminense também compreendia os novos desafios na proteção do patrimônio arqueológico e etnográfico com a chegada do SPHAN, talvez, por isso apresente uma lista de museus estaduais e colecionadores particulares, para, em seguida, fazer as seguintes afirmações:



As informações, sumaríssimas e tão incompletas, aqui registradas, virão destruir a falsa ideia, que vem sendo propalada ardentemente, de que, em nosso país, ninguém se interessa pela arqueologia e etnografia. [...] É indispensável que se estabeleçam relações estreitas entre colecionadores espalhados por todo Brasil e os institutos mais diretamente dedicados à pesquisa antropológica. Acreditamos que seja grandemente útil essa aproximação; aos institutos, pelas informações que receberam e aos particulares, pela melhor orientação e estímulo que, em benefício das suas observações, lhes pode ministrar aqueles. (TORRES, 1937, p. 24).

Em nossa perspectiva, existe indiretamente na construção argumentativa do artigo de Heloisa Alberto Torres, um receio que a proteção desenvolvida em torno do patrimônio arqueológico, tanto por entes público, quanto por iniciativas privadas, não sejam levadas em consideração pelo SPHAN, haja vista à recorrente fala da necessidade de colaboração entre eles, isso nos parece ainda mais possível no seguinte trecho:

É por conseguinte, indispensável começar o trabalho de proteção material ao material arqueológico e etnográfico já incorporado em coleções pela distribuição de instruções no sentido de organização de catálogos [...]. No Brasil já avulta o número de instituições e pessoas possuindo coleções ou objetos que tem interesse do ponto de vista arqueológico ou etnográfico. [...]. (TORRES, 1937, p. 20).

O interesse e a defesa do patrimônio arqueológico e etnográfico nas folhas da publicação do SPHAN ocorria, portanto, por conta da presença de intelectuais com visões parcialmente distintas em relação à perspectiva hegemônica do Serviço, na qual o patrimônio cultural brasileiro tinha como maior representação da sua excepcionalidade a arquitetura colonial e a arte barroca. Parciais, pois no caso de Gastão Cruis, ainda é perceptível a visão da degeneração indígena, no estudo



de Carlos Estevão de Oliveira, também notamos uma monumentalização do passado indígena. Porém, tanto em Carlos Estevão, quanto em Heloisa Alberto Torres, está dito sobre a necessidade de investimentos e colaborações como medidas cabíveis ao SPHAN na proteção do patrimônio arqueológico. Por isso, discordamos da afirmação que a Revista foi um espaço para compensar bens não contemplados pelo tombamento:

[...] é interessante encontrar artigos com destaque para o Norte do país e para manifestações culturais não contempladas pelos instrumentos de proteção disponíveis – no caso, o tombamento. [...] O espaço destinado a manifestações e a regiões pouco atendidas pela Instituição revela a demarcação do objeto da preservação patrimonial não apenas restrito à atuação real desta, mas dentro de uma gama de “possibilidades de atuação do SPHAN”. [...] apontava para a tentativa de uma ação mais ampla e abrangente que, ainda que não se desse por meio da proteção efetiva, com o tombamento de variadas manifestações da civilização material brasileira, propiciava a preservação por meio do conhecimento e da contribuição de estudos a respeito dessa variedade. [...]. (THOMPSON *et. al*, 2014, p. 173).

Discordamos, pois, entendemos que caso a Revista fosse um espaço para compensar os 93,76% de bens arquitetônicos tombados, a temática da arqueologia e etnografia ou de bens não associados ao legado lusitano não poderia ocupar 4,66% do total de artigos publicados no período de 1937-1978 (SILVA, 2010, p. 100). Em nossa compreensão, a *Revista*, tal como a aplicação do tombamento, seguia a lógica hegemônica do Serviço e os termos do conceito de civilização material de Afonso Arinos, sendo um espaço de disputa conceitual, onde dentro do limite editorial, o órgão era cobrado a ter mais ações de preservação do patrimônio arqueológico. Mas, então, por que o tombamento e a própria revista não ter 100% das temáticas voltados para a arquitetura colonial e a arte barroca?



Conclusão

Em conformidade com o início desse artigo, retomamos a fala que o processo de criação de uma nação e do seu patrimônio não é harmonioso, mas envolve motivações e razões sociais diversas e conflitantes. Os grupos sociais e as instituições responsáveis pelas narrativas e pelos bens que irão ou não representar uma nação, disputam o consenso social em torno dos projetos e ideais que defendem e acreditam. No caso brasileiro, existiu um novo direcionamento institucional e uma nova compreensão conceitual do que deveria ser identificado e preservado, sobremaneira, como patrimônio cultural brasileiro. Na década de 1930 e, principalmente, a partir de 1937 com a criação do SPHAN, o Estado buscou naturalizar a nação por meio de patrimônios supostamente capazes de rememorar a experiência nacional de modo intrínseco, porém, a construção social da nação não é pacífica ou uníssona, uma vez que:

[...] é um processo permanente e inconcluso, durante o qual seus integrantes, ou melhor, a população vai aprendendo a se reconhecer com características próprias, que não só a distinguem de outras nações, como a identificam para si mesma. Tal processo é, sem dúvida, fruto de complexas operações socioculturais, que ocorrem em um tempo longo e mobilizam inúmeros e diferenciados atores históricos, sejam indivíduos ou grupos, em torno de projetos políticos, que podem ser convergentes ou conflitantes em muitos aspectos. (GOMES, 2013, p. 41).

Enquanto processo permanente e conflitante, a formação da nação e do seu patrimônio cultural passa por mudanças nos objetos e



nas narrativas que lhe dão sentido enquanto uma comunidade imaginada, pois como reflete Benedict Anderson, para ser imaginada uma nação precisa que seus membros mais distantes, mesmo sem conhecer um ao outro, acreditem em uma comunhão mútua, por outro lado, para funcionar como uma comunidade a nação necessita que seus membros, independente da desigualdade e exploração, concebam a existência de uma profunda camaradagem horizontal (ANDERSON, 2009, p. 32). Ao assumir a direção do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade e os que comungavam da mesma visão do Brasil barroco e colonial, buscaram novos sentidos e origens para a nação e, dessa forma, diminuíram a importância do papel desenvolvido por outras instituições, em tempos passados, na preservação e formação de coleções arqueológicas e etnográficas. Não obstante, não era possível engendrar uma ruptura total com instituições e intelectuais, muito menos, com campos do conhecimento que tinham estudos de vulto sobre o Brasil, no mínimo, desde o século anterior, como era o caso da arqueologia e antropologia. Além disso, ao pôr em relevo a região de Minas Gerais e, de um modo geral, o sul e sudeste do país, o SPHAN silenciava a existência de outras perspectivas da modernidade brasileira (FIGUEIREDO, 2001, p. 9). Na virada do século XIX para o XX, na região amazônica, por exemplo, grupos de artistas e intelectuais buscavam imaginar o Brasil a partir de uma centralidade nortista, a identidade nacional seria retratada em pinturas e quadros, então, a tela “A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará” inaugurou modernismo amazônico:

Como uma espécie de episódio embrionário, o retrato da fundação de Belém era, por si só e por isso mesmo, um mito fundador da identidade nacional na Amazônia. A escolha do



tema possuía, em vista de seu significado histórico, intenções muito evidentes: o nascimento da capital do Pará legitimava a imagem do luso conquistador e criador dessa *Feliz Luzitânia*, como resultado desse encontro de dois povos diferentes. Como fruto de uma criação divina, por mãos humanas – paradisíaca portanto – a cidade deveria nascer com características marcadas por valores cristãos, humanos, civilizados e heroicos. [...]. (FIGUEIREDO, 2001, p. 87).

O indígena, portanto, fez parte da construção dessa identidade e, nota-se, seu lugar era posto dentro de um contexto civilizacional, assim, nas telas de Theodoro Braga o indígena do passado era um “selvagem”. Porém, ao fazer alusões ao indígena do presente houve a produção da imagem de um mestiço ou “caboclo”. Para o artista sua obra tinha um compromisso civilizador, logo, era primordial a elaboração de uma harmonia social entre o conquistador e os indígenas:

O contato entre brancos e índios, ou entre civilizados e selvagens, era, assim, o grande motivo da obra de Theodoro Braga. O conceito de fundação estava assim intimamente ligado ao da formação social da nação – aqui enquadrada a partir da associação das duas principais raças formadores da sociedade amazônica, desde seus primeiros tempos. O nascimento da capital do Pará, tal como foi visualmente descrito pelo artista, frutificou de um debate muito amplo que imbricava vários domínios e conhecimentos no campo intelectual, durante a virada do século XIX. Da história à etnologia, da arqueologia à literatura, os participantes desses debates encaravam suas obras como parte de uma missão civilizadora e constituinte de nossa identidade nacional. Suas obras, livros, ou quadros, resultavam, quase sempre, de uma atribulada gestação envolta num difícil aprendizado. (FIGUEIREDO, 2001, p. 91).

A elaboração de uma identidade nacional não estava restrita ao campo da arte, o debate também estava presente na construção de uma narrativa histórica e na arqueologia. Ainda no final do século XIX, Charles Frederick Hartr, Ladislau Netto e Ferreira Penna sustentavam a



tese que a cerâmica marajoara foi produzida por antigas civilizações, ainda que não houvesse consenso acerca da filiação linguística dos Marajoara (LINHARES, 2017, p. 36). O debate sobre os elementos marcadores da nacionalidade brasileira não é iniciado, portanto, pelo SPHAN. Antes do órgão, outras frentes possuíam critérios e teorias acerca da nação e seu processo civilizador. Acreditamos, nesse sentido, que o tombamento da coleção arqueológica e etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi, como primeiro bem tombado no Pará, tem relação direta com o debate e tradições postos na transição do século XIX para o XX, não obstante, o tombamento também só foi possível pela presença, ainda que minoritária, de estudiosos da arqueologia e da etnografia em instâncias diretas e decisórias do SPHAN, como Heloisa Alberto Torres, Luiz Castro Faria, Carlos Estevão de Oliveira e Curt Nimuendaju.

O SPHAN, por meio do poder atribuído a essa instituição: atuar em todo território nacional identificando e preservando o que deveria ser entendido como patrimônio cultural brasileiro, buscou criar uma nova narrativa em torno da nacionalidade Assim , criou novos marcos históricos e critérios em torno do rol de bens passíveis de patrimonialização, tal movimento foi responsável por priorizar bens arquitetônicos e a arte colonial no conjunto das ações de acatamento do patrimônio cultural, a médio prazo isso significou poucas ações efetivas em torno da preservação do patrimônio arqueológico, que somente foi obter legislação específica dentro do DPHAN na década de 1960, com a lei nº 3.924, de 26 julho de 1961, conhecida com a lei da arqueologia. A longo prazo, porém, a preservação do patrimônio arqueológico significou a exclusão dos povos indígenas no tratamento e estabelecimento de como preservar os objetos referentes à sua cultura material, pois apesar de fazer parte



das diferentes narrativas nacionais, os povos indígenas ficaram distantes das instituições, dos cargos diretivos ou dos conselhos deliberativos. A própria valorização do patrimônio arqueológico, como demonstramos, era difícil entre intelectuais, haja vista conceituações que hierarquizavam o patrimônio nacional em escalas civilizacionais. Nesses termos, cabe lembrar que a abertura deste artigo inicia com a luta de três etnias indígenas por reaver a posse de urnas funerárias que, após serem retiradas do seu local sagrado, ficaram guardadas na reserva técnica do Museu de Alta Floresta, essa luta está inscrita no tempo, pois não é recente a falta de escuta em torno da concepção dos povos indígenas do seu patrimônio arqueológico.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Notificação nº 62*. 12 de abril de 1940. Série: Preservação de Bens Tombados. Subsérie: Coleção Arqueológica e Etnográfica. Biblioteca Ernesto Cruz. Superintendência do IPHAN no Pará.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN; coletânea de texto sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

BORGES, Vavy Pacheco. *Anos Trinta e Política: História e Historiografia*. In: FREITAS,

CARVALHO, José Murilo de. *As marcas do período*. In: _____ (Org.) *História do Brasil Nação*. Vol. 2 (A construção nacional 1830-1889). Rio de Janeiro: Objetiva/ Mapfre. 2012, pp. 19-35.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.



CORRÊA, Mariza. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 1997, v. 40, nº1

CRULS, Gastão. Arqueologia Amazônica. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ministério da Educação e Saúde, nº. 6. Rio de Janeiro, 1942, p 169-220.

CRULS, Gastão. Decoração das malocas indígenas. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ministério da Educação e Saúde, nº. 5. Rio de Janeiro, 1941, p. 155-168.

DINIZ, Elis. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 21-38.

FARIA, Luís de Castro. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão. IN: CHUVA, Márcia (org.) *A invenção do Patrimônio*. Continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação cultural no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

FERREIRA, Lúcio M. Vestígios de Civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e construção da arqueologia Imperial (1838-1870). *Revista de História Regional* 4(1): 9-36, Verão 1999.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

FRANCO, Affonso Arinos de Mello. *Conceito de civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1936.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: _____ (Org.) *História do Brasil Nação*. Vol. 4 (Olhando para dentro 1930-1964). Rio de Janeiro: Objetiva/ Mapfre. 2013, pp. 41-89.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1991.



GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A preservação do patrimônio cultura no contexto Pan-americano. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. Reedição Comentada. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012. p.13-47.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HALE, Charles A. As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: De 1870 a 1930*. Vol. IV. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. Pp. 331-414.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 119-143.

LIMA, Helena. BARRETO, Cristina. Uma nova política para um antigo acervo: a redescoberta das coleções arqueológicas do Museu Goeldi. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/824>. Acesso em: 23/11/2022.

LINHARES, Anna Maria Alves. *Um grego agora nú: índios marajoara e identidade nacional brasileira*. CURITIBA: CRV, 2017.

LOPES, Maria Margaret Lopes. O Brasil descobre a pesquisa científica. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

LOWANDE, W. F. F. Orientando-se em meio a lapsos: considerações sobre a produção historiográfica relativa às políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil. *Revista CPC*, 2013, (n.15), p. 50-66.

SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas*. Dissertação. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2010.

SIMÕES, Mário F. História da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Antropologia, v. 8, n. 2, 1992. p. 149-165.

Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 159-182.

NETO, Jamile Silva. Intelectuais do Conselho Consultivo do Sphan e do IHGB: posição, produção e formação de redes (1938-1933). *Anais do Museu Histórico Nacional*, 2021, Rio de Janeiro, vol. 55, p. 1-21.



NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1239-1264, set.- dez. 2007.

OLIVEIRA, Carlos Estevão de. A cerâmica de Santarém. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n° 3. 1939, p. 7-34.

PEREIRA, Edithe. O Museu Goeldi e a pesquisa arqueológica: um panorama dos últimos dezessete anos. (1991-2008). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/H3prmCBJJJSmWvny9NWC7zH/?lang=pt>. Acesso em 11/01/2023.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. fl. 160.

REIS, Artur César Ferreira. *Aspectos da Amazônia na sexta década do século XVIII*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n° 8. Rio de Janeiro, 1944, p. 67-75.

_____. *Das condições defensivas da Capitania do Pará ao findar do século XVIII*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n° 7. Rio de Janeiro, 1943, p. 283-308.

_____. *Guia histórico dos municípios do Pará*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n° 11. Rio de Janeiro, 1947, p. 233-322.

_____. *O estado das fortificações da Amazônia na quinta década do século XVIII*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n° 13. Rio de Janeiro, 1956, p. 241-255.

_____. *O palácio velho de Belém*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n° 10. Rio de Janeiro, 1946, p. 305-312.

_____. *Roteiro Histórico das Fortificações do Amazonas*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n° 6. Rio de Janeiro, 1942, p. 119-168.

_____. Vestígios artísticos da dominação lusitana na Amazônia. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n° 5. 1941, p. 169-178.

RUBINO, Silvana. A memória de Mário. In: BATISTA, Marta Rosseti. (ORG.). *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*. N° 30. Brasília, DF: IPHAN, 2002, p. 138-155.



SANTOS, Mariza Veloso Motta. O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia SPHAN: a relação entre modernismo e barroco. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2018.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Nos tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Leandro Assunção da. *História, filosofia e espaços: a ideia do ocidente em Oswald Splenger*. Natal: EDUFRN, 2011. fl 148.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. IN: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, v. 4, n. 3, p. 421-435, set.-dez. 2009.

THOMPSON, Analucia; LEAL, Claudia Baeta F.; SORGINE, Juliana; TEIXEIRA, Luciano dos Santos. CHUVA, Márcia (org.). História e civilização material na Revista do Patrimônio. IN: *Revista do Patrimônio: história e patrimônio*, nº 34, 2012, p. 167 – 197.

TORRES, Heloisa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 1. 1937, p. 9-30.

TRIGGER, Bruce G. História do pensamento arqueológico. São Paulo: Odysseus Editora.

